

**PROGRAMA CURSO DE EXTENSÃO EM TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES
FEDERAIS - (PIS, COFINS, IRPJ, IRPF, CSLL)**

1. MÓDULO DE IMPOSTO DE RENDA

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS FÍSICAS

CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS

PESSOAS FÍSICAS DOMICILIADAS OU RESIDENTES NO BRASIL

PESSOAS FÍSICAS DOMICILIADAS OU RESIDENTES NO EXTERIOR

DECLARAÇÃO EM SEPARADO

DECLARAÇÃO EM CONJUNTO

ESPÓLIO

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA PARA O EXTERIOR

TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA PARA O BRASIL

TÍTULO II - DOMICÍLIO FISCAL

DOMICÍLIO DA PESSOA FÍSICA

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

RENDIMENTO BRUTO

RENDIMENTOS ISENTOS OU NÃO TRIBUTÁVEIS

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

RENDIMENTOS DO TRABALHO NÃO-ASSALARIADO E ASSEMELHADOS

RENDIMENTOS DIVERSOS

RENDIMENTOS DA ATIVIDADE RURAL

DEDUÇÕES

DEDUÇÃO MENSAL DO RENDIMENTO TRIBUTÁVEL

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

DESPESAS ESCRITURADAS NO LIVRO CAIXA

DEPENDENTES

PENSÃO ALIMENTÍCIA

PROVENTOS E PENSÕES DE MAIORES DE 65 ANOS

DEDUÇÃO NA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

DESPESAS MÉDICAS

DESPESAS COM EDUCAÇÃO

DEDUÇÕES DO IMPOSTO APURADO)

INCENTIVOS ÀS ATIVIDADES CULTURAIS OU ARTÍSTICAS

DOAÇÕES

PATROCÍNIOS

DOAÇÕES A FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESPÓLIO E SAÍDA DEFINITIVA DO PAÍS

DO RECOLHIMENTO MENSAL OBRIGATÓRIO

DO RECOLHIMENTO COMPLEMENTAR

GANHOS DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE BENS OU DIREITOS

OPERAÇÕES FINANCEIRAS NOS MERCADOS DE RENDA VARIÁVEL (Artigo 145)
TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS

PESSOAS JURÍDICAS

EMPRESAS INDIVIDUAIS

EMPRESAS INDIVIDUAIS IMOBILIÁRIAS

IMUNIDADES, ISENÇÕES E NÃO INCIDÊNCIAS

IMUNIDADES

ISENÇÕES

NÃO INCIDÊNCIA

INCIDÊNCIA

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OPTANTES PELO SIMPLES

RESPONSÁVEIS

DOMICÍLIO FISCAL

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

APURAÇÃO TRIMESTRAL DO IMPOSTO

APURAÇÃO ANUAL DO IMPOSTO

PAGAMENTO POR ESTIMATIVA

ALÍQUOTA DO IMPOSTO E ADICIONAL

SUSPENSÃO, REDUÇÃO E DISPENSA DO IMPOSTO MENSAL

OPÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO

INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

LUCRO REAL

PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS À APURAÇÃO DO LUCRO REAL

ADIÇÕES

EXCLUSÕES E COMPENSAÇÕES

ESCRITURAÇÃO DO CONTRIBUINTE

LIVROS COMERCIAIS

LIVRO DIÁRIO

LIVRO RAZÃO

LIVROS FISCAIS

LIVRO DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL

CONSERVAÇÃO DE LIVROS E COMPROVANTES

SISTEMA ESCRITURAL ELETRÔNICO

INOBSERVÂNCIA DO REGIME DE COMPETÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RECEITA BRUTA

RECEITA LÍQUIDA

OMISSÃO DE RECEITA

ARBITRAMENTO DA RECEITA POR INDÍCIOS DE OMISSÃO

CUSTO DOS BENS OU SERVIÇOS

QUEBRAS E PERDAS

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE ESTOQUES

PRODUTOS RURAIS

CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

DESPESAS NECESSÁRIAS

APLICAÇÕES DE CAPITAL

DEPRECIÇÃO DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

BENS DEPRECIÁVEIS

QUOTA DE DEPRECIÇÃO

TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO (Artigo 310)

DEPRECIÇÃO DE BENS USADOS

DEPRECIÇÃO ACELERADA CONTÁBIL

DEPRECIÇÃO ACELERADA INCENTIVADA

PROGRAMAS SETORIAIS INTEGRADOS – PSI

AMORTIZAÇÃO

CAPITAL E DESPESAS AMORTIZÁVEIS

QUOTA DE AMORTIZAÇÃO

EXAUSTÃO DE RECURSOS MINERAIS

PROVISÕES

TRIBUTOS E MULTAS POR INFRAÇÕES FISCAIS

DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES

JUROS SOBRE O CAPITAL

DESPESAS COM PESQUISAS CIENTÍFICAS OU TECNOLÓGICAS

ALUGUÉIS, ROYALTIES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CIENTÍFICA OU ADMINISTRATIVA

CONTRAPRESTAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS, DIRETORES OU ADMINISTRADORES E TITULARES DE EMPRESAS INDIVIDUAIS E CONSELHEIROS FISCAIS E CONSULTIVOS

REMUNERAÇÃO INDIRETA A ADMINISTRADORES E TERCEIROS

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS OU RESULTADOS DA EMPRESA

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A EMPREGADOS E DIRIGENTES

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

PREJUÍZOS POR DESFALQUE, APROPRIAÇÃO INDÉBITA E FURTO

CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES

DESPESAS DE PROPAGANDA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

VALE-TRANSPORTE

OPERAÇÕES DE CARÁTER CULTURAL E ARTÍSTICO

ATIVIDADE AUDIOVISUAL

OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

INVESTIMENTO EM SOCIEDADES COLIGADAS OU CONTROLADAS AVALIADO PELO VALOR DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO

SUBVENÇÕES E RECUPERAÇÕES DE CUSTO (Artigo 392)

PREJUÍZO NA ALIENAÇÃO DE AÇÕES, TÍTULOS OU QUOTAS DE CAPITAL (Artigo 393)

ATIVIDADES EXERCIDAS NO EXTERIOR

COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR

PESSOAS JURÍDICAS ESTRANGEIRAS

CONTRATOS A LONGO PRAZO

PRODUÇÃO EM LONGO PRAZO

PRODUÇÃO EM CURTO PRAZO

CONTRATOS COM ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

COMPRA E VENDA, LOTEAMENTO, INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS

ARRENDAMENTO MERCANTIL

RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

VENDAS A LONGO PRAZO

GANHOS EM DESAPROPRIAÇÃO

DESAPROPRIAÇÃO PARA REFORMA AGRÁRIA

RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO

REAVALIAÇÃO DE BENS

INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO DE EMPRESA

INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO

LUCRO DISTRIBUÍDO E LUCRO CAPITALIZADO

PARTICIPAÇÕES

INCENTIVOS A ATIVIDADES CULTURAIS OU ARTÍSTICAS

INCENTIVOS À ATIVIDADE AUDIOVISUAL

INCENTIVO A PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIO

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS

PREJUÍZOS FISCAIS ACUMULADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1994 E POSTERIORES (Artigo 510)

PREJUÍZOS NÃO OPERACIONAIS

LUCRO PRESUMIDO

LUCRO ARBITRADO

ALÍQUOTAS GERAIS

ADICIONAL

ISENÇÕES, REDUÇÕES E DEDUÇÕES DO IMPOSTO

LUCRO DA EXPLORAÇÃO

ISENÇÕES OU REDUÇÕES

PESSOAS JURÍDICAS EXCLUÍDAS DO GOZO DOS INCENTIVOS TRIBUTAÇÃO NA FONTE E SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

TRIBUTAÇÃO NA FONTE

RENDIMENTOS SUJEITOS À TABELA PROGRESSIVA

ADIANTAMENTOS DE RENDIMENTOS

REMUNERAÇÃO INDIRETA

RENDIMENTOS ISENTOS

RENDIMENTOS DO TRABALHO

FÉRIAS DE EMPREGADOS

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS DAS EMPRESAS

TRABALHO NÃO-ASSALARIADO

SERVIÇOS DE TRANSPORTE, DE TRATOR E ASSEMELHADOS, PAGOS POR PESSOA JURÍDICA

GARIMPEIROS

RENDIMENTOS DE ALUGUÉIS E ROYALTIES

RENDIMENTOS DIVERSOS

DEDUÇÕES

BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO

RENDIMENTOS DE PESSOAS JURÍDICAS SUJEITOS A ALÍQUOTAS ESPECÍFICAS

RENDIMENTOS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PRESTADOS POR PESSOAS JURÍDICAS

SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TRATAMENTO DO IMPOSTO

MEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

PAGAMENTOS A COOPERATIVAS DE TRABALHO E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS OU ASSEMELHADAS

PAGAMENTOS EFETUADOS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS

RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

LUCRO REAL

LUCRO PRESUMIDO

LUCRO ARBITRADO

RENDIMENTOS DIVERSOS

OMISSÃO DE RECEITA

PAGAMENTO A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO

REMUNERAÇÃO INDIRETA PAGA A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO

LOTERIAS

PRÊMIOS EM DINHEIRO

PRÊMIOS EM BENS E SERVIÇOS

TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

PROPRIETÁRIOS E CRIADORES DE CAVALOS DE CORRIDA

RENDIMENTOS PAGOS A PESSOAS JURÍDICAS POR SENTENÇA JUDICIAL

MULTAS POR RESCISÃO DE CONTRATOS

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

DISPENSA DE RETENÇÃO

ALÍQUOTA ZERO

CAPITALIZAÇÃO DE LUCROS

OPERAÇÕES FINANCEIRAS

INCIDÊNCIA

ISENÇÕES E REDUÇÕES

JUROS DIVERSOS

OUTROS RENDIMENTOS DE CAPITAL

RETENÇÃO E RECOLHIMENTO

DISPENSA DE RETENÇÃO

REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO

PRAZOS DE RECOLHIMENTO

TRIBUTAÇÃO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

NORMAS GERAIS DE INCIDÊNCIA

MÚTUO E OPERAÇÃO VINCULADA COM OURO, ATIVO FINANCEIRO

MERCADO DE RENDA VARIÁVEL

NORMAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO DO IMPOSTO

LANÇAMENTO

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

DECLARAÇÃO DAS PESSOAS FÍSICAS

DECLARAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

UNICIDADE DA DECLARAÇÃO

PESSOA FÍSICA EQUIPARADA A EMPRESA INDIVIDUAL

COLIGADAS, CONTROLADORAS E CONTROLADAS

MODELO E ASSINATURA

LUGAR DE ENTREGA

INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA INAPTA

RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO

RECURSO

REVISÃO DA DECLARAÇÃO

DO LANÇAMENTO DO IMPOSTO

PROCEDIMENTO PARA EXIGÊNCIA DO IMPOSTO NA FONTE

PROCEDIMENTOS PARA O LANÇAMENTO

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SOBRE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

IMPOSTO RETIDO PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO

MEDIDAS DE DEFESA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

REGISTRO NO CADIN

PROIBIÇÃO DE DISTRIBUIR RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES

DA COMPENSAÇÃO

DA RESTITUIÇÃO

DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

ACESSO AO ESTABELECIMENTO

EXAME DE LIVROS E DOCUMENTOS

RETENÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS

LACRAÇÃO DE MÓVEIS, DEPÓSITOS E ARQUIVOS

EMBARAÇO E DESACATO

REGIMES ESPECIAIS DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO

OBRIGATORIEDADE DE PRESTAR INFORMAÇÕES

PENALIDADES E ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS

MULTAS DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO

COMPETÊNCIA DAS AUTORIDADES 2. MÓDULO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Legislação

Alíquotas

Formas de Tributação

Apuração Trimestral da CSLL

Apuração Anual da CSLL

Base de Cálculo Estimada

Compensação de Base de Cálculo Negativa

Saldo Negativo de CSLL

Lucro Presumido e Lucro Arbitrado

Pagamento da CSLL

Bônus de Adimplência Fiscal 3. MÓDULO DE PIS E COFINS

PIS/PASEP e COFINS – Regime Cumulativo Receita bruta total mensal

Exclusões da base de cálculo

Alíquotas

Sociedade cooperativa

Empreitadas e atividade imobiliária

Entidades financeiras e equiparadas

Comercialização de veículos usados

Importação por conta e ordem de terceiros

Fabricantes/importadores cigarros

Fabricantes/importadores de veículos

Comercialização de gasolina, glp, qva, óleo diesel e álcool etílico carburante

Empresa industrial, importadora ou encomendante de medicamentos, perfumes, Produtos de beleza, de toucador e outros

Venda de veículos, partes e acessórios pelos fabricantes e importadores

Exclusão da base de cálculo das vendas diretas a consumidor por conta e ordem da concessionária

Alíquota zero do pis/cofins na venda de componentes e acessórios

Fabricantes e importadores de pneus de borracha e câmaras de ar de borracha novos

Industrialização de bebidas

Deduções

Prazo de recolhimento e códigos PIS/PASEP e COFINS – Regime Não-Cumulativo

Legislação aplicável

Contribuinte

Fato gerador

Base de cálculo

Exclusões da base de cálculo não-cumulativa

Não incidência

Utilização dos créditos relativos a não incidência

Alíquota

Crédito a utilizar (descontar)

Cálculo e recolhimento do crédito

Contabilização dos custos, despesas e créditos

Mão-de-obra

Valores suscetíveis de crédito

Crédito - utilização nos meses seguintes

Crédito – classificação

Não utilização do crédito presumido do IPI

Aproveitamento de crédito – sem atualização e juros

Estoque de abertura crédito presumido

Incorporação de imóveis – crédito presumido

Contratos com pessoa jurídica de direito público

Contratos a longo prazo

Atividades excluídas da não-cumulatividade

Prazo de recolhimento não-cumulativo

Código de recolhimento não-cumulativo PIS/PASEP e COFINS Importação de Bens e Serviços

Instituição e incidência – importação

Serviços alcançados

Hipóteses de não incidência

Fato gerador

Contribuintes – sujeito passivo

Base de cálculo do PIS/COFINS importação

Redução na base de cálculo

Cálculo do PIS/COFINS importação

Alíquota zero

Isonomia do PIS/COFINS na importação

Isonomia vinculada à qualidade do importador

Isonomia vinculada à destinação dos bens

Prazo e código de recolhimento do PIS/COFINS na importação

Crédito de PIS e COFINS

Direito ao crédito

Alíquotas para cálculo dos créditos

Cálculo do crédito para o ativo imobilizado

Receitas cumulativas e não-cumulativas

Créditos para a importação com isenção

Vedações para utilização do crédito

DACON